



GESTOS DE LEITURA DE ARQUIVO: AUTORIA E SILENCIAMENTO NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA¹

Andreia Nascimento Carmo²

Neste trabalho, propomo-nos a apresentar uma amostragem da seção analítica da nossa pesquisa de doutorado, ainda em andamento, que vem sendo realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGL/UFNT) - campus de Araguaína. Nessa circunscrição, abordamos questões concernentes ao apagamento de recortes de um texto oriundo de uma prática discursiva primeira (formação discursiva jornalística/ reportagem) e que está reacomodado no âmbito do livro didático de Língua Portuguesa do Ensino Médio, tendo em vista a questão da autoria, de modo a considerar as suas implicações para a produção do arquivo constitutivo desse livro. Nessa medida, ressaltamos o nosso interesse por uma reportagem que aborda discursividades sobre uma temática político-social, que pode se expandir para o deslocamento de sentidos e, assim, abrir-se para a dispersão, a saber: a questão do estupro. Desse modo, apropriamo-nos da Análise de Discurso materialista de base pecheuxtiana (AD) como suporte teórico-metodológico, com o intuito de mobilizarmos alguns conceitos como a noção de silêncio preconizada por Eni Orlandi (2007).

Sendo assim, buscamos mostrar algumas ponderações acerca de uma de suas categorias, o silenciamento, com o objetivo de compreender o modo como a instituição do arquivo constitutivo do livro didático deixa entrever, pela (não) seleção de determinados recortes de textos, a filiação ideológica do sujeito no lugar discursivo de autor. Dessa maneira, reiteramos que o nosso interesse principal consiste em analisar os recortes que não estão disponibilizados no/pelo livro didático. Nessa esteira, ressaltamos que na posição sujeito-autor, a (re)formulação do dizer se inscreve, inicialmente, em uma forma de silenciamento: o silêncio constitutivo (ORLANDI, 2007). Dito de outra maneira, tendo em vista que o sujeito é interpelado ideologicamente, salientamos que ele toma partido pelo enunciado em detrimento de outros, ou seja, ao dizer o sujeito deixar de dizer. Cabe ressaltar, que estamos considerando a autoria como um efeito ideológico que gera implicações na constituição do arquivo (em nossa pesquisa, o livro didático).

Pelo dispositivo teórico-metodológico que nos ampara, estamos concebendo a autoria como uma função do sujeito. Nas palavras de Orlandi (2020, p. 70), a autoria é “uma função da noção de sujeito, responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito”. Desse modo, o sujeito posicionado discursivamente na função-autor é responsabilizado pelo que diz, isto é, pelo que ele (re)formula. A partir dessa compreensão, sublinhamos que nas organizações sociais há instituições de poder designadas como aparelhos ideológicos do Estado (ALTHUSSER, [1969] 1985) que regulam em seu interior o modo de estabelecimento dos sentidos. Nessas condições, compreendemos que há outro silenciamento atravessando a função-autor no âmbito da produção do arquivo do livro didático: o

¹ Pesquisa de doutorado em andamento sob orientação do professor Dr. João de Deus Leite.

² Professora pela SEDUC/TO. Doutoranda em Letras pelo PPGL/UFNT. E-mail: dreiancn@gmail.com.

silêncio local (ORLANDI, 2007). Em outras palavras, trata-se da censura. Estamos referindo ao silenciamento de sentidos possíveis em dada formação discursiva (jornalística), mas que pela relação de forças, não é permitido em outra formação discursiva (pedagógica). Destacamos, ainda, que esse atravessamento é heterogêneo, em se tratando do livro didático, são muitos os interlocutores, em uma visão ampla, podemos destacar o Estado, a família, a escola, as editoras, os movimentos sociais.

À vista disso, partimos da compreensão de que a escolha dos recortes que foram apagados da reportagem (re)acomodada no livro didático em investigação está muito mais para a ordem da filiação do sujeito em determinadas formações ideológicas na relação com os seus interlocutores, em um atravessamento pré-consciente, do que para o mero condensamento de conteúdos compilados. Dessa forma, com base no que Pêcheux ([1969] 2014) nos mostrou pela AAD69 sobre a noção de antecipação, ressaltamos que no processo de produção do arquivo do livro didático há uma projeção antecipada dos seus interlocutores. Sendo assim, estamos entendendo que no processo de condensamento dos conteúdos (re)acomodados no livro didático ocorre a censura daquilo que não foi autorizado pelas instituições de poder. Por conseguinte, salientamos que o efeito de legitimação de saberes é promovido ideologicamente. Dito de outro modo, no processo de constituição do arquivo do livro didático, promove-se uma leitura homogênea regularizada pelos aparelhos ideológicos do Estado. Com efeito, alguns sentidos são silenciados, tendo em vista as condições de sua produção. Além do que estamos circunstanciando, ressaltamos que o livro didático concebido por nós como um objeto simbólico, também surge como um produto vendável e, portanto, ele deve estar de acordo com normas regulamentadas institucionalmente em cada etapa do processamento de compra e venda.

Nessa circunscrição, objetivamos demonstrar uma evidência da nossa análise, ainda em construção, com intuito de trazer à discussão o que estamos propondo em nossa tese. Para tanto, reiteramos que a nossa pesquisa está ancorada teórico e metodologicamente na Análise de discurso materialista, pela qual sustentamos as nossas considerações em um jogo entre a descrição e a interpretação. Assim, para a constituição do *corpus* analítico deste trabalho, estamos considerando uma sequência discursiva oriunda de um recorte discursivo, a partir de uma reportagem que versa sobre discursividades que tematizam o estupro, em sua prática discursiva primeira, na revista Superinteressante versão impressa. Em nossa pré-análise, também observamos a reportagem em sua segunda prática discursiva, no livro didático destinado à 2^o série do Ensino Médio: Português contemporâneo: Diálogo, reflexão e uso (2016) de William Cereja, Carolina Dias Vianna e Christiane Damien, avaliado e aprovado pelo PNLD/2018.

Em nossa primeira leitura, foi prontamente possível verificar que a reportagem intitulada “Como silenciamos o estupro”, quando mostrada no livro didático, apresenta dois grandes recortes apagados de parte do texto integral divulgado em versão impressa pela revista Superinteressante, no ano 2015 (esses recortes foram subdivididos por categorias no âmbito da tese). Neste trabalho, especificamente, permaneceremos com um dos nove parágrafos excluídos do primeiro recorte suprimido, intitulado “O estupro do poder”. Neste tópico, relatam-se casos de estupro em que os acusados são figuras que possuem visibilidade no meio social e, a partir daí os casos são negligenciados. Escândalos envolvendo a ONU, Igrejas, autoridades policiais e celebridades são camuflados e lançados à culpa das vítimas. Vejamos, a sequência discursiva por nós demandada:

[é] difícil achar no mundo uma grande instituição que não tenha varrido para debaixo do tapete algum caso de estupro. Exércitos, empresas, famílias, universidades e igrejas acobertam estupros rotineiramente. A Igreja Católica foi apenas a mais famosa organização religiosa a fazer isso quando bispos e padres foram acusados de abusar sexualmente de crianças no começo dos anos 2000. Durante muito tempo o Vaticano fingiu que não sabia de nada – e até o papa Bento 16 foi acusado de olhar para o outro lado nos anos em que liderou um departamento que analisava abusos dentro da Igreja (HUECK, 2015, p. 37).

Frente a essa sequência, problematizamos alguns questionamentos, a seguir: Por que apagar determinados recortes e não outros? O que não foi dito com esse apagamento? O que causa incômodo naquilo que foi apagado, se estivesse sido mostrado? O que mais não poderia ser dito da posição autor de livro didático?

Vale lembrar que no apagamento dos enunciados, sucede o silenciamento de sentidos. Dito de outro modo, há uma interdição no dizer que não autoriza a produção de certos sentidos. Assim, a partir da sequência discursiva antecedente, compreendemos que não soa confortável falar sobre a negligência de instituições importantes, frente à violência sexual. Nessa esteira, com esse apagamento, silencia-se que certas instituições sociais não resolvem questões que dizem respeito ao estupro; que bispos e padres foram acusados de abusar de crianças; que o Vaticano foi omissivo quanto aos casos de acusação de abuso sexual por parte de bispos e padres; que até o papa Bento 16 foi acusado de faltar com a questão dos abusos dentro da Igreja.

Ou seja, na supressão da sequência recém apresentada, apaga-se que o zelo pelo nome da instituição foi mais importante do que o sofrimento das vítimas. Desse modo, apontar para o nome de instituições ou de seus representantes, no tocante as discursividades que versam sobre temas político-sociais e que tendem a se direcionar para a dispersão dos sentidos, isto é para a instituição de sentidos outros indesejáveis, funda certa aspereza nas relações de interlocução entre os aparelhos ideológicos. Por conseguinte, esse modo de dizer sobre a instituição e daqueles que respondem por ela torna-se inoportuno no campo pedagógico. Nessa circunscrição, compreendemos que na função-autor de livro didático não se pode dizer algo que fira a moral e os bons costumes da sociedade vigente em que ele está inserido; não se pode dizer algo que levante dúvidas quanto à seriedade dos conteúdos apresentados no livro didático ou, ainda, algo que entrasse em conflito com as diversas vozes que nele estão em interlocução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, compreendemos que o apagamento de determinados recortes de um texto oriundo de uma prática discursiva primeira, quando reacomodado no espaço do livro didático de Língua Portuguesa, recobre dizeres que não estão permitidos em dada conjuntura, tendo em vista a diversidade de vozes articuladas entre seus interlocutores e, também, a regulamentação institucional desse livro. Sendo assim, no processo de constituição do arquivo do livro didático, de modo geral, promove-se uma leitura homogênea regularizada pelos aparelhos ideológicos do Estado. Com efeito, alguns sentidos são silenciados, dadas as condições de produção desse arquivo. Vale lembrar, que o livro didático também está submetido à certo ordenamento comercial, na medida em que se deseja entrar ou manter em circulação.

Dessa maneira, com base em Pêcheux ([1982] 2014) e Orlandi (2003), concebemos o arquivo do livro didático como uma “memória institucionalizada”, um modo de “estabilização de sentidos”. Estes, por sua vez, são estabelecidos a partir daquilo que foi legitimado institucionalmente pela relação de forças ideológicas representadas pelas formações discursivas dominantes. Ou seja, pelo arquivo se organiza a propagação dos sentidos para certa direção, em função de se instalar uma memória coletiva regularizada pelas instituições sociais de poder.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, [1969]1985.
- CEREJA, William Roberto. VIANNA, Carolina Assis Dias. CADENHOTO, Christiane Damien. **Português contemporâneo**: Diálogo, reflexão e uso. São Paulo: Saraiva, 2016.
- HUECK, Karin. Como silenciemos o estupro. **Revista Superinteressante**, São Paulo, p. 33-41, 2015.
- ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2020.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: No movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, Eni. Ler a cidade: o arquivo e a memória. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/ Unicamp, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, F. HAK, T. (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1969] 2014. p. 59-158.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni *et al.* (org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, [1982] 2014.